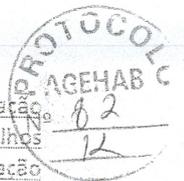




ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO



Às onze horas e vinte e três minutos do dia sete de dezembro de dois mil e quinze, no Auditório da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, sito à Avenida do Cerrado, n. 999, Quadra APM-09, 1º andar, Park Lozandes, foi aberta a reunião do Conselho Municipal de Habitação (COMUNH). Estavam presentes na reunião os seguintes membros: Titulares: Paulo César Pereira – Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (Seplanh); Vinícius Clementino Cirqueira (Seplanh); Stênio Nascimento da Silva - Secretaria Municipal de Finanças (Sefin); Edson Ferreira da Silva – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra); Nelcivone Soares de Melo – Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma); Aristides de Araújo Borges Júnior – Secretaria Municipal de Governo (Segov); Divino Roney Rodrigues Alves – Secretaria Municipal de Administração (Semad); Ademar Cardoso dos Santos – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Goiânia (IPSM); Sebastião Ferreira da Silva – Federação Goianiense de Inquilinos e Posseiros (Fegip); Dolzonan da Cunha Matos – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea); e Cleomar Dutra Ferreira – Caixa Econômica Federal (CEF). Willian de Assunção Silva Queiroz - Secretário Executivo dos Conselhos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SECEXE). Participaram também, na condição de convidados do Presidente do COMPUR os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação: Ana Alice Borges Camilo – Superintendência de Habitação; e Janamaina Costa Bezerra de Azevedo – Superintendência de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável; e Henrique Carlos Labaig, representante suplente da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma). Iniciando a reunião o Presidente do Conselho, Paulo César Pereira e informou os presentes acerca do motivo da presente reunião, solicitada pela Superintendência de Habitação para definição dos critérios para seleção das famílias que serão contempladas com os novos empreendimentos, incluindo o Conjunto Vera Cruz e Jardim do Cerrado VI – Módulo X. Ele então passou a palavra ao representante da Superintendência de Habitação da Seplanh, Vinícius Cirqueira, que deu aos membros presentes informações sobre os dois empreendimentos que possuem previsão de entrega para o próximo ano. Informou que os empreendimentos são em parceria com a Agência Goiana de Habitação (Agehab), sendo que, no Conjunto Vera Cruz 30% (trinta por cento) das unidades serão destinadas à Prefeitura de Goiânia e que no Jardim do Cerrado VI – Módulo X, 70% (setenta por cento) das unidades. Apresentou a proposta definida pela Superintendência de Habitação da Seplanh, para manutenção dos critérios utilizados na última seleção, excluindo-se o quesito de “doença grave” e incluindo-se o quesito “pagamento de aluguel”. Ele passou a detalhar também quais são os critérios atualmente definidos para a seleção das famílias: os critérios nacionais, que são a) morar em área de risco; b) mulher chefe de família; c) portador de necessidades especiais; e os critérios definidos anteriormente pelo Conselho Municipal de Habitação, sendo: a) filho menor de 18 anos; b) morar em Goiânia há mais de três anos (que a Superintendência também propõe alterar o tempo desse quesito para cinco anos); c) doença grave. De acordo com o Superintendente, a presente proposta baseia-se no fato de que o prazo para essa seleção é curto e que se for realizada alguma alteração mais complexa o sistema não estará adaptado para isso, e seria necessário um recadastramento das famílias, o que não daria tempo até fevereiro do próximo ano, e ainda que o quesito “pagar aluguel” já está entre os itens cadastrados. Ele ressaltou que na seleção anterior, as famílias que possuíam algum ente com doença grave ou portador de necessidades especiais foram amplamente contempladas para



o empreendimento Portal dos Ipês. O Presidente então pediu que fosse informado novamente quais os critérios atualmente utilizados para seleção e questionou se o quesito de possuir idoso na família não fazia parte dos critérios. A representante da Seplanh, Ana Alice Borges, citou os critérios atualmente utilizados e informou que a atual legislação já determina que 3% (três por cento) dos empreendimentos devem ser destinados a famílias com idosos. Desta forma, a Superintendência de Habitação da Seplanh sugere que os critérios sejam: a) morar em área de risco; b) mulher chefe de família; c) pessoa com deficiência; d) ter filho menor de 18 anos; e) residir em Goiânia há mais de cinco anos; f) pagar aluguel. O Presidente comentou que o argumento da Superintendência merece atenção por parte dos membros do Conselho, pois a condição econômica das famílias deve servir de parâmetro para essa seleção. Ele ressaltou que, conforme repassado pela Superintendência, utilizar como critério a questão de ter algum membro com doença grave ou portador de necessidades especiais acaba tornando-se uma segregação, pois, a exemplo do que ocorreu na seleção das famílias para o empreendimento Portal dos Ipês, a grande maioria das famílias beneficiadas enquadra-se nesses critérios. O Presidente abriu, então, espaço aos conselheiros para discussão do assunto. O representante da Agência Municipal de Meio Ambiente, Nelcivone Melo, disse que, basicamente, o que está em discussão é a modificação de dois critérios: alterar doença grave para pagamento de aluguel e alterar o prazo de moradia em Goiânia de três para cinco anos. O conselheiro suplente da Amma, Henrique Carlos Labaig, ressaltou que com relação a questão de ter idoso como membro da família traz uma outra consequência, em que as famílias acabam trazendo algum idoso da família (pai ou mãe) para morar com elas visando atender mais um dos critérios e que, a exemplo disso temos a seleção realizada para o empreendimento Portal dos Ipês, em que das famílias contempladas, 95 % atendiam esse critério, tendo idosos entre os membros familiares. O representante da Caixa Econômica Federal, Cleomar Dutra levantou algumas questões referentes ao Conselho, como a reestruturação e a questão do quórum das reuniões. Disse também que os membros deveriam ter mais tempo para discutirem os critérios propostos. Ele afirmou ter informações de que os empreendimentos não serão entregues no próximo ano e que por isso não teria a necessidade de aprovação imediata dos critérios. O Presidente então questionou a representante da Superintendência de Habitação quanto a essa afirmação. Ana Alice afirmou que existe a necessidade de que a seleção seja feita antes do período eleitoral, bem como com prazo para que os selecionados possam providenciar as documentações necessárias. Afirmou também que esses critérios serão os mesmos utilizados pela Agência Goiana de Habitação, por isso a necessidade da aprovação dos critérios em caráter de urgência pelo Conselho. O Presidente questionou quantas unidades serão entregues e foi informado de que serão 1500 no Conjunto Vera Cruz e 1080 no Jardim do Cerrado. Ele questionou também sobre a urgência de definição dos critérios de seleção e foi informado de que, como a Agehab utilizará os mesmos critérios, eles deverão ser aprovados também pelo Conselho Estadual de Habitação. O Presidente ressaltou, em resposta ao representante da Caixa, que é intuito dele deixar sempre bem claro aos conselheiros os temas a serem discutidos pelo Conselho, justificando também o motivo da urgência dessa reunião, visando que a seleção também não seja contaminada pelo processo eleitoral. O representante da Caixa ressaltou que processo eleitoral não pode contaminar a seleção, até porque todas as fases agora estão sendo acompanhadas pelo Ministério Público Estadual. Segundo ele, também é anseio da Caixa que as seleções sejam realizadas no início dos empreendimentos, para maior agilidade no processo. O Presidente questionou o representante da Caixa sobre os esclarecimentos propostos pelo conselheiro aos demais membros quanto ao assunto em pauta e ele informou que é favorável as mudanças propostas, mas que tem desconhecimento de todos os critérios trazidos pela Portaria. A representante



da Superintendência de Habitação passou a relatar e explicar os critérios apresentados pela portaria, informando que alguns dos catorze já são utilizados pelo município. O Presidente indagou se algum dos membros presentes é contrário aos critérios apresentados. O representante da Federação Goianiense dos Inquilinos, Sebastião Ferreira, falou a respeito dos posseiros, que a discussão a respeito do critério de proximidade com o trabalho é algo também a ser avaliado, se não para estes dois empreendimentos, mas para os próximos, visando colocá-los próximos aos locais que atualmente residem ou trabalhem. O presidente comentou que o representante da Fegip foi muito claro quanto à informação trazida por ele, pois envolve outros aspectos e áreas da Prefeitura. Segundo ele o representante também foi feliz em dizer que nada disso impede que os critérios sejam colocados em apreciação. O Presidente questionou, então, se algum membro ainda gostaria de se manifestar e, em seguida, colocou em votação os critérios, que foram aprovados por todos os membros presentes. Continuando a reunião o representante da Amma pediu a palavra e informou que existe um conceito urbanístico de que esses assentamentos da forma como são concebidos, como o Jardim do Cerrado e Vera Cruz, não são mais um bem para a cidade, pois fazem com que sejam criados movimentos pendulares com os assentados. Embora seja um modelo adotado pelo Governo Federal, existe um estudo realizado pelo Banco Mundial e que incluiu Goiânia, que comparou um assentamento mais centralizado, o Residencial América Latina, no Jardim Goiás, com o Jardim do Cerrado, e que este estudo apontou que as pessoas assentadas próximas aos locais de trabalho tem melhores condições de vida do que os que estão mais afastados. Ele ressaltou que Goiânia possui muitos prédios abandonados em regiões mais centralizadas e que seria uma possibilidade a transformação desses prédios em assentamentos, colocando as pessoas em locais mais próximos dos seus locais de trabalho. Citou caso de São Paulo, que transformou prédios e hotéis abandonados, remodelando-os, em apartamentos. Ele propôs que o Comunh colocasse como projeto, um programa de habitação usando imóveis abandonados para assentamento de famílias. O Presidente afirmou que esse tema é algo a ser estudado pela Seplanh, pois é necessário fazer um levantamento dos imóveis existentes. O representante suplente da Amma citou também casos também de São Paulo, Colômbia e outros, e que o que o Programa Minha Casa Minha Vida permitiu foi utilizar locais que o mercado não tinha interesse para investir e que, se isso for financeiramente viável é algo que o governo poderia adotar. Finalizada a pauta do dia, o presidente encerrou a reunião às doze horas e dezoito minutos e eu, Willian de Assunção Silva Queiroz, Secretário Executivo dos Conselhos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente do Conselho Municipal de Habitação – COMUNH. XXX

Paulo César Pereira
Presidente do Conselho Municipal de Habitação
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Willian de Assunção Silva Queiroz
Secretário Executivo dos Conselhos

www.goiânia.go.gov.br